

Ulysses aceita novo sistema se for caminho para acordo

BRASÍLIA — "Não vou ser a ovelha negra, não é?". Desta forma, o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu aceitar o parlamentarismo, caso seja este o caminho para o consenso na Constituinte.

Ulysses encontra-se hoje com o Presidente José Sarney para conversar sobre o sistema de governo e deverá levar-lhe os últimos levantamentos sobre a preferência dos constituintes.

Ontem, Ulysses recebeu do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), levantamento informando que, na bancada do partido, 23 Senadores são parlamentaristas, 16 presidencialistas, dois apóiam um sistema misto e três ainda estão indefinidos.

Ulysses recebeu também de um interlocutor esclarecimentos de que a bancada do PT não é, ao contrário do que pensava, totalmente favorável ao presidencialismo.

Em entrevista, Ulysses mostrou-se otimista quanto à possibilidade de entendimento. Disse que está percebendo, em todas as tendências, esforço e "vontade política" de acordo.

O Presidente do PMDB negou ter afirmado que o mandato do Presidente Sarney poderia ser encurtado pela Constituinte se ele ficasse intransigentemente contra o parlamentarismo.

— Não é uma característica do Presidente José Sarney ser radical. Não só pelo seu temperamento como pelos anos de experiência parlamentar. Sempre encontro no Presidente Sarney a maior tolerância — disse Ulysses, acrescentando que o Presidente está disposto a ouvir, embora isto não queira dizer "que ele vai concordar com qualquer pessoa que vá falar".

Ulysses, que sempre foi contra os regimes mistos de governo, disse que os entendimentos em curso poderão levar a um presidencialismo com instituições parlamentaristas ou a



Ulysses: em busca do entendimento

um parlamentarismo com instituições presidencialistas.

— Isto se pode fazer perfeitamente como uma composição — afirmou, citando emendas apresentadas sobre o assunto, como a proposta do professor Miguel Reale de presidencialismo com características parlamentaristas.

Indagado sobre a fórmula que em sua opinião teria maior aceitação, respondeu: — O que acho mais fácil é o que os outros concordem.

O Presidente do PMDB disse ainda que, no momento, há um equilíbrio de forças na Constituinte entre os que defendem parlamentarismo, presidencialismo e implantação gradual do novo sistema, pois "as opiniões estão sendo decantadas".

Admitiu que no PMDB, segundo levantamento do Líder na Câmara, Luiz Henrique (SC), o parlamentarismo é majoritário, mas, verificando este levantamento com os dos demais partidos, chega-se à conclusão de que existe equilíbrio.

Parlamentaristas esperam apoio de Sarney para mudança em 90

BRASÍLIA — Um grupo interpartidário que inclui os Senadores José Richa (PMDB-PR) e Carlos Chiarelli (PFL-RS) está elaborando uma fórmula de adoção gradual do parlamentarismo pela qual o novo sistema só seria adotado no último ano do Governo Sarney. O certo, que poderá ser levado ainda neste fim de semana ao Relator Bernardo Cabral, foi feito na noite de quinta-feira, em reunião na casa do Secretário-Geral do PFL, Saulo Queiroz, depois que o Presidente Sarney deu sinais, a vários parlamentares, de que aceitaria um entendimento em torno do sistema parlamentarista.

Hoje à noite, na casa do Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, o grupo tentará definir uma fórmula, mas os entendimentos poderão esbarrar na questão do mandato do Presidente José Sarney: os constituintes mais ligados ao Presidente admitem o mandato de seis anos, que é visto com reservas por outros segmentos.

Uma demonstração de que o parlamentarismo gradual está ganhando espaço entre os presidencialistas foi dada ontem pelo Líder do PFL na Constituinte, José Lourenço. Ele anunciou um acordo pelo qual os parlamentaristas do partido votarão com o presidencialismo se o sistema parlamentarista gradual não for aprovado pelo PMDB. Lourenço frisou que não mudará sua opinião pessoal, mas disse que o modelo gradual é capaz de obter 14 dos 24 votos do PFL na Sistematização.

Ontem, no gabinete da Presidência do PMDB, parlamentares deste partido e também do PDS e do PTB, discutiram a elaboração de uma fórmula capaz de conseguir o aval do Presidente Sarney. No encontro, que teve a participação do Líder do PMDB, Deputado Luiz Henrique, o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), contêrraneo de Sarney, revelou que em sua última conversa com o Presidente, na quinta-feira, ele deixou cla-



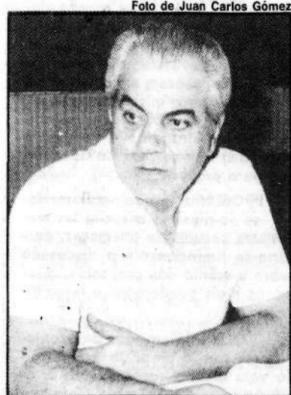
Chiarelli, do PFL, age com cautela

ro que aceita participar de um entendimento em torno de uma proposta parlamentarista, desde que seja um movimento sério, e não com o único objetivo de lhe retirar poderes. Segundo Cid, Sarney aceita a convocação para participar de um movimento "sem picuinhas".

A proposta discutida ontem prevê a aprovação da Emenda Nelson Carneiro — parlamentarismo clássico — no corpo permanente da Constituinte, deixando a forma de sua instalação para as disposições transitórias. Foi sugerida a adoção do novo sistema em três anos, assegurando seis anos para Sarney. No primeiro ano, o Presidente escolheria o Primeiro-Ministro — "como um simples delegado" — que não dependeria de aprovação pelo Congresso nem ficaria sujeito ao voto de censura.

O Primeiro-Ministro iria administrar com plenos poderes, em nome do Presidente, que poderia demitir-lo — explicou Cid Carvalho.

No segundo ano, após a promulgação da Constituição, o Primeiro-Mi-



Richa, do PMDB, negocia fórmula

nistro passaria a ficar sujeito ao voto de censura, mas para sua demissão seriam necessários os votos de dois terços do Congresso. Finalmente, no terceiro ano, passaria a vigorar o sistema de acordo com a emenda.

— Esta é uma proposta para obter 500 votos aqui dentro — entusiasma-se o Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) após a reunião na Presidência do PMDB.

No PFL, apesar do acordo firmado com Lourenço, os parlamentaristas que negociam o gradualismo enfrentam dois obstáculos: não sabem como o Presidente do partido, Senador Marco Maciel, presidencialista, que volta hoje da Alemanha, receberá a fórmula; também receiam a reação do Senador Afonso Arinos e da Deputada Sandra Cavalcanti, que pregam o parlamentarismo imediato.

— Mas o otimismo impera. "O gradualismo é um rolo compressor que poderá ter a adesão de dois terços da Constituinte", acredita o Vice-Líder Alcení Guerra, que junto com o Líder no Senado, Carlos Chiarelli, expôs a ideia a José Lourenço.

Líder mantém apoio à emenda presidencialista

BRASÍLIA — Enquanto o Presidente José Sarney dá sinais de que está disposto a reabrir negociações sobre o sistema de Governo, o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, reafirma a disposição de lutar até o fim pela aprovação da Emenda Theodoro Mendes, que estabelece um presidencialismo puro. Além disso, ele continua garantindo que sairá vitorioso da Comissão de Sistematização.

Para conseguir os 47 votos necessários para derrubar o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), que certamente virá com o sistema parlamentarista, Sant'Anna está trabalhando em diversas frentes. Ele conversa com presidencialistas do PMDB, principalmente, mas também está tratando de ganhar os votos do PDT e do PT. Já marcou para segunda-feira um encontro com o Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ). O mais importante, talvez, seja a conquista dos parlamentaristas que defendem a implantação deste sistema de Governo após o mandato de Sarney.

Líderados pelos Senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e José Richa (PMDB-PR), estes constituintes poderão aderir à tese presidencialista no caso de rejeição da emenda que defendem. Esta possibilidade também é levantada pelo Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA). Chiarelli prevê o inverso, ou seja, a adesão dos presidencialistas à tese do parlamentarismo para depois de 1990, mas não informa a decisão que tomará no caso de confronto da tese presidencialista com o parlamentarismo já.

Sant'Anna assegura, entretanto, que não está pensando apenas no Governo Sarney. Ele afirma que quer evitar uma crise institucional também para o próximo Governo:

— Não estou fazendo Constituição para preservar apenas os interesses do Presidente Sarney. Como homens responsáveis, não podemos salvar o Presidente da crise e permitir que ela pique no Governo seguinte.

O Líder do Governo acha que o Presidente eleito em 89, no sistema parlamentarista, não teria outra saída senão chamar um plebiscito para restabelecer o presidencialismo, "porque o povo não aceitará o fato de um governante eleito pelo voto direto não ter poder".

Assim, ele prossegue naquilo que chama de "trabalho formiga". Conversa com os integrantes da Comissão de Sistematização, um a um, auxiliado pelos Deputados Prisco Viana (PMDB-BA), Expedito Machado (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB-MG), do Centro Democrático, tentando convencer a todos das vantagens do presidencialismo.

Paralelamente, o Deputado Carlos Sant'Anna vai preparando a tática para a votação na Sistematização. Ele está preparando questões de ordem para dirimir algumas dúvidas sobre o processo de votação. Entende que é mais fácil resolver estas questões quando são debatidas em tese, sem a emoção e o calor dos debates em torno do mérito.

No jantar, uma revelação: é difícil a Carta ficar pronta a 15 de novembro

RECIFE — Antes de retornar ontem de madrugada a Brasília, após assistir ao sepultamento do Ministro Marcos Freire, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, confidenciou numa roda de coreligionários que dificilmente a nova Carta ficará pronta a 15 de novembro, como ele mesmo vinha anunciando.

A informação foi dada ontem pelo Líder do Governo na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Marcus Cunha, que participou de um jantar oferecido pelo Governador Miguel Arraes aos políticos que vieram de outros Estados para o enterro de Freire.

Do jantar, além de Miguel Arraes, Marcus Cunha e Ulysses Guimarães, participaram os Governadores Moreira Franco (RJ) e Waldir Pires (BA), o Presidente do Senado, Hum-

berto Lucena, o Prefeito Jarbas Vasconcelos e os Deputados federais Paulo Rattes (RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PE). Cunha informou que todos trocaram ideias sobre o futuro sistema de governo, a não ser Ulysses, que preferiu ouvir.

— A grande maioria — frisou — se manifestou em favor da manutenção do presidencialismo. O Governador Arraes, por exemplo, acha que o Brasil é um país complexo, cheio de problemas e por isso mesmo precisa de um poder central.

Ele disse, também, que Moreira Franco sustentou que as distorções do presidencialismo brasileiro não decorrem do sistema em si mas da falta de aplicação prática do princípio federativo, o que obriga Estados e municípios a viverem eternamente na dependência do Poder central.

Chiarelli deixa sua emenda aberta a negociações

PORTO ALEGRE — Mesmo sem autorização expressa do Presidente José Sarney, o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, está negociando a aprovação, pela Constituinte, de uma fórmula parlamentarista que poderá ter o apoio do Palácio do Planalto. Ontem, ao chegar de Brasília, Chiarelli insinuou que o Presidente aceitaria o parlamentarismo puro a partir de 1990. Conforme emenda apresentada junto com outros dez constituintes do PFL na Comissão de Sistematização, o novo sistema vigoraria após as eleições de 1989 e Sarney poderia ter seu mandato mantido em seis anos, exercendo o último já sob o novo sistema.

Chiarelli disse que o Presidente, ao tomar conhecimento da proposta, "manifestou respeito, até porque ele sabe que o parlamentarismo é um regime aperfeiçoador das instituições". Cauteloso, também insinuou

que Sarney é parlamentarista, estando na defesa do presidencialismo "apenas porque rejeita que acabem com seu mandato e porque sabe que a implantação do novo regime, sem uma transição prévia, levaria o País ao caos". O Senador lembrou, inclusive, que Sarney, quando parlamentar, apresentou um projeto implantando o voto distrital, "que é um dos pilares deste regime".

Chiarelli, um antigo defensor do parlamentarismo, disse que desconhece qualquer pressão feita por Sarney para que se mantenha o atual regime. "Para mim, ele nunca pediu nada, embora eu até tenha colocado o cargo à disposição, se a minha posição parlamentarista o incomodasse", revelou Chiarelli. Sempre insistindo em que sua proposta de parlamentarismo não tem "apoio ou autorização do Presidente", o Líder do PFL explicou sua emenda:

— A partir de 1990, seria implanta-

do o novo sistema, com voto distrital misto, com dissolução do Congresso e com eleição indireta para o cargo de Presidente, que seria apenas o Chefe de Estado, sem administrar o dia-a-dia. O mandato presidencial seria de seis anos e, excepcionalmente, para não inviabilizar as aspirações populares, o sucessor do Presidente Sarney seria eleito diretamente.

Já tendo feito reuniões com parlamentares do PMDB, Chiarelli acredita que esta proposta poderá ser aprovada "porque não é contra ninguém, nem visa a reduzir o atual mandato". Insistindo em que a proposta é "passível de negociações e aperfeiçoamentos", o Líder do PFL garantiu que Sarney não rejeita o parlamentarismo puro, "mas é contra essas fórmulas híbridas que apareceram, pois elas só aumentariam os conflitos entre o Presidente e o Primeiro-Ministro".

Cabral simula viagem para fugir das pressões dos constituintes

BRASÍLIA — Todas as informações oficiais indicavam o rumo do Rio de Janeiro. As 11h, o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), chegou a pegar o carro oficial e foi para o aeroporto. No carro, o Senador Edson Lobão (PFL-MA) e o Deputado Sarney Filho (PMDB-MA) faziam suas últimas reivindicações a favor das emendas pró-Nordeste e defendiam o presidencialismo. No portão de embarque, os dois chegaram a se despedir do Relator e até a noite estavam convictos de que ele fora para o Rio.

Mas, nos gabinetes dos relatores adjuntos e entre os parlamentares mais inteiros do processo de redação da nova carta, a hipótese da viagem era totalmente descartada. O "blefe" da viagem foi confirmado logo no início da tarde, quando Cabral recebeu, em casa, o Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Cabral ficará em Brasília para a redação final do substitutivo, mas trabalhará com um grupo restrito de parlamentares e assessores, em local reservado e que pretende manter em sigilo até a noite de segunda-feira, quando o trabalho deve estar concluído.

Cabral chegou cedo ao seu gabinete e, de imediato, alterou toda a sua agenda, antecipando em uma hora o encontro com a Frente Municipalista. Logo em seguida pediu a Lobão e a Sarney Filho que o acompanhassem no carro, onde iriam conversando, pois já estaria atrasado para o embarque.

Mas foi Quércia quem desvendou o segredo tão bem guardado pelo Relator, anunciando que o encontro só fora transferido, do gabinete no Congresso para a casa de Cabral. Lá, Quércia foi recebido apenas pelo Relator e sua mulher.

— Não havia indício de que o Relator estivesse trabalhando em casa — informou o Secretário de Governo, Antônio Carlos Mesquita, que acompanhou o Governador na visita. — Nem assessores, nem papéis espalhados e nem mesmo um empregado, já que a própria mulher do Deputado serviu-nos água e café.

Quércia, mais uma vez, esclareceu a situação: — O Relator nos disse que estava trabalhando em outro lugar e voltou para casa só para nos receber. A tarde, o Senador Virgílio Távo-



Sarney Filho, Lobão e Cabral entram no carro, diante da casa do Relator

ra (PDS-CE), um dos relatores adjuntos, informou que Cabral conversara com ele ao telefone e que voltaria a fazê-lo sempre que houvesse alguma dúvida. O Senador considerava inadmissível a hipótese de que Cabral deixasse Brasília três dias antes de se esgotar o prazo para a entrega do substitutivo.

— Ele tem que manusear um arsenal enorme de informações e documentos que estão aqui. Como ele vai poder sair da cidade?

Virgílio informou também que, onde quer que Cabral tenha instalado seu escritório, lá estarão também os computadores do Prodasen. Neles, as várias propostas sobre as quais Cabral trabalhará estão catalogadas e divididas por assunto.

permitiria isso. O Coordenador da bancada paulista na Câmara, Deputado Roberto Rollemberg, afirmou que, dos 28 parlamentares, entre 16 e 18 votam num presidencialismo que dá mais poderes ao Congresso. Observou, no entanto, que a tendência será inversa se for possível a implantação gradual do parlamentarismo.

Para ele, o ideal seria implantar o sistema depois do Governo Sarney, ou ainda no seu Governo, desde que de maneira gradual. "Para se instalar o regime parlamentar, é preciso afastar o Estado autoritário que está em prática", afirmou, depois de reunir-se com o Governador, juntamente com outros cinco deputados paulistas. Quércia disse que, pessoalmente,

não é favorável ao gradualismo. Ele e Cabral falaram sobre o plebiscito para a futura Constituição. A possibilidade não está descartada, segundo Quércia, mas ele tem uma preocupação: se a população rejeitar a Carta, o que acontecerá?

O Relator comprometeu-se a manter a reforma tributária tal como está no atual substitutivo, de acordo com o Governador, que pediu a Cabral que incluisse no texto um artigo autorizando os Estados a promoverem a reforma administrativa dentro de um ano. Quércia disse ainda que o Relator está examinando "com muita cautela" o aumento da bancada paulista na Câmara para 80 deputados. Segundo Quércia, São Paulo merecia 120.